



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

Prestação de Contas

2023

Anexo às Demonstrações Financeiras

H JV
q *b E*
B *OM*



Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

Designação da entidade

Município de Nisa, ano de 2023

Nº Identificação Fiscal

506 612 287

Endereço

Praça do Município 6050 – 358

Regime Financeiro

Autonomia Financeira

Tutela

DGAL/Tribunal de Contas

1.2 Legislação

- Lei nº75/2013, de 12 de setembro
- Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei n. º73/2013, de 3 de setembro
- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP)
- Código do Procedimento Administrativo – Decreto Lei n. º4/2015, de 07 de janeiro

A informação mais detalhada relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no anexo I e o organograma no anexo II.

De seguida, apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.



Explicativas

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2023	2022
Caixa	2 844,28 €	3 854,24 €
Depósitos á ordem	3 116 145,17 €	3 328 664,35 €
Depósitos bancários à ordem	3 116 145,17 €	3 328 664,35 €
Depósitos a prazo	258 351,74 €	319 176,88 €
Total de caixa e depósitos	3 377 341,19 €	3 651 695,47 €

2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**2.1 Bases de Mensuração usadas na Preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.



Explicativas

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta na aplicação do MEP – Método de equivalência patrimonial, para a participação detida na sociedade Águas do Alto Alentejo EIM, pelo que a mesma se encontra ajustada em função dos capitais próprios das participadas, ou a mensuração subsequente continua ao custo, pelo que é sujeita a testes de imparidade em função do apresentado pelas Demostrações Financeiras das participadas. E pelo método do custo para as seguintes entidades:

- . Águas de Lisboa e Vale do Tejo;
- . Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.; e
- . Fundo de Apoio Municipal.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC).

Nos termos do referido no preâmbulo à Portaria 189/2016 de 14 de julho, para efeitos e inventário e respetivas vidas úteis, exceto no caso dos edifícios e outras construções, mantiveram-se os critérios definidos pelo CIBE (Portaria 67112000 de 17 de abril) para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2019.

No que se refere aos ativos intangíveis, as amortizações encontram-se calculadas pelo período de tempo em que se encontra assegurada a utilização exclusiva do ativo. Nos casos em que tal não se verifica, os mesmos são sujeitos anualmente a testes de imparidade.

De notar que, atendendo à especificidade do setor da Administração Local e aos acontecimentos passados em termos de gestão de património, não se considerou, por não existir forma de calcular estimativa fiável, o eventual valor residual dos ativos, razão pela qual se considera ser nulo.



Explicativas

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente pelo custo efetivo e deduzidas das perdas por imparidade. A imparidade foi estabelecida quando confirmado objetivamente que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Inventários

A mensuração inicial de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.

Imparidade de Ativos não depreciáveis

À data de 31-12-2023 foi avaliada a recuperabilidade das dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Para as situações em que se verificou mora superior a 12 meses procedeu-se ao registo da respetiva imparidade pelo montante da dívida.

Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal.

Reservas, Resultados Transitados, Ajustamentos em ativos financeiros e outras variações no património líquido

Os resultados transitados assentam na soma de resultados acumulados de períodos anteriores não afetos a outras rubricas do património líquido. No que se refere às "Reservas", estas resultam das aprovações de contas corridas em períodos anteriores, sendo de referir que nos termos da disposição 2.7.3.5 do POCAL, as "Reservas Legais" seriam necessárias pelo valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício. Quanto aos ajustamentos em ativos financeiros, estes estão relacionados com a movimentação contabilística associada ao efeito do MEP (Método da Equivalência Patrimonial), designadamente decorrentes de variações nos capitais próprios das participadas, lucros não atribuídos e ajustamentos de transição (decorrentes da primeira aplicação do MEP).



Notas

Explicativas

As "Outras variações no património líquido" resultam das transferências e subsídios de capital obtidos (ocorrendo imputação a resultados no caso dos ativos depreciáveis), doações, cauções executadas e transferências de ativos.

Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

Financiamentos obtidos

Atividades de financiamento são atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade e são reconhecidos pelo seu valor efetivo.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se reconhecidos pelo valor efetivo, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Rérito e regime de acréscimo

O rérito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rérito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. Observou-se o disposto na norma, dado que o rérito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

[Handwritten signatures and initials]



Explicativas

Rendimentos e gastos

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de imparidade. Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

Resultados do período

Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.

Demonstração dos fluxos de caixa – consideradas as seguintes situações, conforme NCP 1:

Atividades de financiamento - atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade.

Atividades de investimento - atividades relacionadas com a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais - as atividades da entidade que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.

Caixa - dinheiro e depósitos à ordem.

Equivalentes de caixa - investimentos a curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor.

Fluxos de caixa - influxos e exfluxos de caixa e equivalentes de caixa

(Handwritten signatures and initials)



Explicativas

2.1 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

Uma entidade deve divulgar em particular situações em que a sua continuidade e/ou a continuidade de alguns dos seus departamentos ou de fontes de financiamento, pode ficar comprometida. Por exemplo, pode ser aqui divulgada informação sobre os riscos decorrentes da redução de pessoal, de transferências obtidas ou de receitas de prestações de serviços, que a ocorrerem poderão conduzir à não satisfação os seus passivos e compromissos já assumidos.

3 — Ativos intangíveis

Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	31 246,96	5 848,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-16 465,18	0,00	20 630,43
Programas de computador e sistemas de informação	188 898,14	113 542,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-137 195,66	0,00	165 044,57
Propriedade industrial e intelectual	274 837,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-127 669,92	0,00	147 167,41
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	494 782,43	119 390,74	0,00	0,00	0,00	0,00	-281 330,76	0,00	332 842,41

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período				Quantia escriturada
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	49 443,29	18 196,33	0,00	31 246,96	55 291,94	34 661,51	0,00	20 630,43	
Programas de computador e sistemas de informação	678 808,12	490 109,98	0,00	188 898,14	792 350,21	627 305,64	0,00	165 044,57	
Propriedade industrial e intelectual	1 448 360,91	1 173 523,58	0,00	274 837,33	1 448 360,91	1 301 193,50	0,00	147 167,41	
Outros	102 430,03	102 430,03	0,00	0,00	102 430,03	102 430,03	0,00	0,00	
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total:	2 279 042,35	1 784 259,92	0,00	494 782,43	2 398 433,09	2 065 590,68	0,00	332 842,41	

J
JL
B
MM



Explicativas

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

O Município tem atualmente um contrato de concessão de serviços a decorrer com a E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A referente à distribuição de energia em baixa tensão, mas o mesmo não implica pagamentos ao concessionário. De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia elétrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, esse direito foi concedido à E-REDES, podendo os referidos contratos cessar pelo decurso do prazo, por rescisão ou por resgate por parte do concedente, com aviso prévio de pelo menos 1 ano e mediante pagamento de indemnização à concessionária. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes. O Anexo IV a este documento explicita os bens afetos a esta concessão.

5 — Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição e reclassificados segundo os códigos para efeitos de cadastro dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, registados na Classe 4 do subsistema de contabilidade financeira. É utilizado o método das quotas constantes ou da linha reta para calcular as depreciações, conforme nota 7 do Classificador complementar 2 que substitui a Portaria nº 671/2000 de 17 de abril que aprovou o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Em 2023 a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis sofreu a seguinte movimentação conforme quadros a seguir apresentados.



Notas

Explicativas

Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	999 560,69	3 583,75	0,00	995 976,94	999 560,69	3 583,75	0,00	995 976,94
Edifícios e outras construções	1 170 998,50	149 462,03	0,00	1 021 536,47	1 293 498,50	170 943,08	0,00	1 122 555,42
Infraestruturas	51 456 989,56	39 401 943,39	0,00	12 055 046,17	51 982 717,18	40 386 915,96	0,00	11 595 801,22
Património histórico, artístico e cultural	736 745,68	3 521,26	0,00	733 224,42	744 456,75	3 536,62	0,00	740 920,13
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	3 212 597,51	0,00	0,00	3 212 597,51	2 416 096,47	0,00	0,00	2 416 096,47
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	2 080,61	123,25	0,00	1 957,36
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	2 717 572,22	1 789 791,73	0,00	927 780,49
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	4 011 295,20	2 631 412,45	0,00	1 379 882,75
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 741 574,94	0,00	0,00	2 741 574,94	2 740 279,91	0,00	0,00	2 740 279,91
Edifícios e outras construções	24 767 892,27	6 236 062,11	0,00	18 531 830,16	25 646 551,88	6 697 676,89	0,00	18 948 874,99
Equipamento básico	5 224 278,32	4 306 632,59	0,00	917 645,73	5 139 217,91	4 056 483,00	0,00	1 082 734,91
Equipamento de transporte	3 778 537,64	2 513 473,55	0,00	1 265 064,09	4 484 706,91	2 886 208,93	0,00	1 598 497,98
Equipamento administrativo	1 407 912,75	1 011 325,38	0,00	398 587,37	1 257 518,43	898 542,27	0,00	358 976,16
Equipamentos biológicos	10 117,17	5 615,67	0,00	4 501,50	10 117,17	6 531,27	0,00	3 585,90
Outros	3 417 841,26	1 998 796,25	0,00	1 419 045,01	3 895 015,76	2 042 856,07	0,00	1 852 159,69
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	98 925 046,29	55 630 415,98	0,00	43 294 630,31	107 340 685,59	61 574 605,27	0,00	45 766 080,32



Explicativas

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. periodo	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	995 978,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	995 978,94
Edifícios e outras construções	1 021 536,47	122 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21 481,05	1 122 555,42
Infraestruturas	11 572 217,80	18 419,57	1 436 209,46	0,00	0,00	0,00	-1 430 045,61	11 585 801,22
Património histórico, artístico e cultural	733 224,42	9 854,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-15,36	740 920,13
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	3 212 597,51	1 694 588,91	-2 691 089,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2 416 096,47
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	2 080,61	0,00	0,00	0,00	0,00	-123,25	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	2 717 572,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 789 791,73	927 780,49
Infraestruturas	482 828,37	3 083 393,79	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 186 339,41	1 379 882,75
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 741 574,94	32 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33 795,03
Edifícios e outras construções	18 531 830,16	0,00	878 659,61	0,00	0,00	0,00	-461 814,78	18 948 874,99
Equipamento básico	917 845,73	231 024,58	160 778,19	0,00	0,00	0,00	-250 149,59	-476 881,18
Equipamento de transporte	1 265 064,09	820 872,49	0,00	0,00	0,00	0,00	-372 735,38	-114 703,22
Equipamento administrativo	398 587,37	69 471,87	4 415,11	0,00	0,00	0,00	112 783,11	-224 281,30
Equipamentos biológicos	4 501,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-915,60	0,00
Outros	1 419 045,01	528 812,78	212 029,58	0,00	0,00	0,00	-44 059,82	-263 667,84
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	43 294 630,31	9 531 091,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 944 189,29	-1 115 452,15
								45 766 080,32

6 — Locações

Não aplicável.

7 — Custos de empréstimos obtidos

Consultar informação no anexo III que segue o estipulado pelo Tribunal de Contas.

8 — Propriedades de investimento

Não aplicável.





Explicativas

9 — Imparidade de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	3 116 145,17	0,00	0,00	3 116 145,17
Outros depósitos	258 351,74	0,00	0,00	258 351,74
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	25 044,84	0,00	0,00	25 044,84
Clientes, contribuintes e utentes	904 965,17	630 180,51	3 557,69	278 342,35
Fornecedores	32 263,37	0,00	0,00	32 263,37
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	515 617,80	238 779,07	0,00	276 838,73
Inventários estratégicos e bens a transferir	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	38 742,13	6 834,73	1 085,21	32 992,61
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	516 098,96	136 614,98	0,00	379 483,98
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	3 937 938,53	0,00	0,00	3 937 938,53
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	43 349 983,85	0,00	0,00	43 349 983,85
Ativos intangíveis	332 842,41	0,00	0,00	332 842,41
Investimentos em curso	2 416 096,47	0,00	0,00	2 416 096,47
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	55 444 090,44	1 012 409,29	4 642,90	54 436 324,05

10 — Inventários

O custo de cada item de inventário foi determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens iguais adquiridos durante o ano de 2023 – custo médio ponderado. A seguir é apresentado quadro resumo da conta da classe 3 – Inventários e os movimentos ocorridos no período.



Explicativas

Notas

Inventários

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 8742,13 € 516 098,96 €	5 749,53 € 136 614,99 €	32 992,60 € 379 483,97 €
Total	554 841,09 €	142 364,52 €	412 476,57 €

Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/ga- stos	Var. Inv. Produção	Perdas por imparidade	Reversões Perdas por Imparidade	Outras reduções de Inventários	Outros aumentos de inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)+(-4)- (5)+(6)-(7)+(8)	
Mercadorias	31 907,40 €	- €	- €		- €	1 085,21 €	- €	- €	32 992,61 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	355 679,18 €	262 256,43 €	236 745,33 €		1 706,30 €	- €	- €	- €	379 483,98 €
Total	387 586,58 €	262 256,43 €	236 745,33 €	- €	1 706,30 €	1 085,21 €	- €	- €	412 476,59 €

11 — Agricultura

Não aplicável.

12 — Contratos de construção

Não aplicável.

13 — Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O Património/capital do Município ascende a 52.826.030,69€ e encontra-se totalmente realizado. Ver DAPL 2023 e 2022.



Explicativas

14 — Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos são reconhecidos quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e quando estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Os rendimentos de transações com contraprestação são normalmente vendas e prestações de serviços. De notar que o Município aprova a tabela de taxas que suporta a cobrança de receita própria relacionada com vendas e prestações de serviços, encontrando-se a mesma publicada no portal do Município.

Tipo de rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)	
	Resultados	Património líquido
Taxas multas e outras penalidades	52 200,87 €	
Vendas	85 398,29 €	
Prestação de Serviços	584 080,34 €	
Outros Rendimentos	2 655 924,66 €	
Juros Dividendos e outros rendimentos similares	4 235,35 €	
Total	3 381 839,51 €	- €

15 — Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências ou subsídios. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviços obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas e criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências e subsídios são rendimentos mas sem a obrigatoriedade de devolução ou de prestação de um serviço em valor equivalente.

Tipo de rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)	
	Resultados	Património líquido
Impostos diretos	815 545,13 €	
Impostos indiretos	344 168,43 €	
Trabalhos para própria entidade	195 381,86 €	
Transferências e Subsídios Correntes		
Obtidos	7 997 799,63 €	
Reversões	65 579,52 €	
Total	9 418 474,57 €	- €



Explicativas

16 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais em curso e após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas, as provisões foram reduzidas em 62.171,83€ uma vez que os processos em causa apresentam indícios que serão favoráveis ao município, em relação ao processo judicial com Associação Municípios Natureza e Tejo decidimos manter o valor de 175.000,00€.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)+(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	237 171,83 €	- €	50 114,62 €	- €	50 114,62 €	50 114,62 €	62 171,83 €	- €	112 286,45 €	175 000,00 €
Total	237 171,83 €	- €	50 114,62 €	- €	50 114,62 €	50 114,62 €	62 171,83 €	- €	112 286,45 €	175 000,00 €

17 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

18 — Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de refeição, subsídio de férias, subsídio de Natal, remunerações por doença, maternidade/paternidade, ajudas de custo e outros suplementos remuneratórios. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho estes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Quanto às remunerações praticadas, estas ascendem a:

- a) Órgãos autárquicos: 150.051 €
- b) Remunerações do Pessoal: 3.645.425€

Relativamente aos direitos com férias e subsídio de férias do pessoal vencidos em 31 de dezembro de 2023 e a liquidar no decorrer de 2024, estes ascendem a 639.249 €.



Explicativas

19 — Outras Divulgações

19.1 Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos com estado e outros entes públicos no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Ativo Corrente		
Estado e Outros Entes Públicos	160 952,85 €	77 809,05 €
Passivo Corrente		
Estado e Outros Entes Públicos	60 830,84 €	49 486,66 €

19.2 Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos em Fornecimentos e serviços externos no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	423 350,54 €	654 313,12 €
Trabalhos especializados	546 185,16 €	408 996,82 €
Publicidade e propaganda	54 736,48 €	54 260,87 €
Vigilância e segurança	20 633,86 €	13 324,28 €
Honorários	95 800,00 €	109 995,00 €
Comissões	28 279,22 €	25 976,35 €
Conservação e reparação	257 177,18 €	254 912,75 €
Outros Serviços Especializados	3 434,78 €	23 999,37 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 263,59 €	5 342,57 €
Material de escritório	1 574,69 €	8 102,82 €
Artigos para oferta	56 325,98 €	52 129,36 €
Material de educação, cultura e recreio	4 848,99 €	9 427,90 €
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	2 045,68 €	57 342,88 €
Medicamentos	- €	19,70 €
Electricidade	71 034,84 €	102 209,28 €
Combustíveis	195 355,59 €	203 319,52 €
Água	57 298,06 €	21 503,40 €
Deslocações e estadas	- €	- €
Transportes de pessoal	1 695,87 €	1 240,96 €
Transporte escolar	145 428,18 €	131 314,45 €
Transportes de mercadorias	437,91 €	238,22 €
Rendas e alugueres	155 282,09 €	140 491,64 €
Comunicação	91 513,09 €	132 504,09 €
Seguros	145 002,09 €	89 802,87 €
Despesas de representação	- €	- €
Limpeza, higiene e conforto	- €	- €
Outros FSE's	954 532,06 €	531 252,75 €
Total	3 319 235,93 €	3 032 020,97 €



Explicativas

19.3 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Remunerações dos órgãos autárquicos	150 051,06 €	138 645,44 €
Remunerações dos órgãos sociais	- €	- €
Remunerações do pessoal	3 645 425,36 €	3 289 229,40 €
Benefícios pós-emprego	9 736,31 €	6 903,25 €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre remunerações	964 050,78 €	898 449,06 €
Seguros deacidentes no trabalho e doenças profissionais	29 870,89 €	37 805,71 €
Outros gastos com o pessoal	- €	338,99 €
Outros	9 652,57 €	12 573,63 €
Total	4 808 786,97 €	4 383 945,48 €

19.4 Transferências e subsídios concedidos e Prestações Sociais

Os gastos em transferências e subsídios concedidos no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Transferências correntes concedidas	435 407,37 €	692 015,58 €
Subsídios correntes concedidos	2 515,88 €	66 477,75 €
Transferências de capital concedidas	61 350,45 €	79 954,22 €
Outros subsídios e transferências de capital	- €	- €
Prestações sociais concedidas	4 704,00 €	- €
Total	503 977,70 €	838 447,55 €

19.5 Outros Rendimentos e Ganhos

A decomposição de outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Rendimentos suplementares	12 888,06 €	8 338,20 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	441 394,87 €	408 361,69 €
Outros	2 201 641,73 €	895 458,53 €
Total	2 655 924,66 €	1 312 158,42 €



Notas

Explicativas

19.6 Outros Gastos e Perdas

A decomposição de outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Impostos	57 010,79 €	33 109,78 €
Outros	169 915,30 €	105 719,45 €
Total	226 926,09 €	138 829,23 €

19.7 Juros e gastos similares suportados

Os Juros e outros gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2022	2022
Juros e gastos similares	42 433,09 €	8 696,62 €
Total	42 433,09 €	8 696,62 €

19.8 Juros e gastos similares suportados

Os Juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Juros Obtidos	4 235,35 €	8 649,77 €
Total	4 235,35 €	8 649,77 €



Explicativas

20 — Divulgações de partes relacionadas

Entidades / Fundos Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Participação		Valor contabilizado a 31/12/2022	Aplicação do MEP	Outras Variações de Capital Próprio	Valor Contabilizado a 31/12/2023
			Data da subscrição	%				
Águas do Vale do Tejo, SA	Sociedade Anónima	513606130	31/03/2001	0,31	256 555,00	0,00	0,00	256 555,00
VALNOR - Valorização e tratamento de resíduos sólidos do Norte Alentejano, SA	Sociedade Anónima	505255090	05/04/2001	1,69	123 370,97	0,00	0,00	123 370,97
Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	Sociedade Anónima	516160893	01/10/2020	14,99	3 578 246,69	-339 679,16	-29 024,05	3 209 543,47
Fundo de Apoio Municipal	Fundo	513319182	25/06/2015	-	348 466,50	N/A	N/A	348 466,50

A entidade adquiriu uma participação financeira, mensurada ao justo valor, na empresa Águas do Alto Alentejo EIM SA que foi realizada por entrada em espécie de alguns dos seus ativos fixos tangíveis conforme escritura efetuada em 29 de setembro de 2020. O valor registado no seu balanço relativo a esta participação financeira à data de 31-12-2023 apresenta-se em 3.209.543€. Durante o exercício de 2023 procedeu-se ao ajustamento da sua participação pelo método da equivalência patrimonial que diminuiu a sua participação em 368.703€.

21 — Relato por segmentos

Não aplicável.

22 — Interesses em outras entidades

Não aplicável.

23 — Acontecimentos após a data de relato

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nisa, 09 de abril de 2024

Anexo IV - Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras



Município de Nisa

Ativos em Concessão

Nº contrato: 456

Contrato Concessão E-Redes

Tipo de contrato: Concessão de serviços públicos

Data: 23/11/2023

Nº Inv.	Conta	Descrição	Data in. utiliz.	Valor aquisição	Valor atual	Vd ref.
1189	4303902	Iluminação Pública equipamentos Reabilitados - E- REDES	01/12/2023	419,47	213,22	10
1190	4303902	Poste de transformação - Equipamentos distribuição BT	01/12/2023	1 519 209,52	619 065,21	10
1191	4303902	Redes aéreas Equipamentos - Dist. BT	01/12/2023	1 514 714,79	249 869,45	10
1193	4302902	Posto de transformação - Edifício - Dist. BT - E-REDES	01/12/2023	4 311,60	3 566,51	50
1194	4301102	Poste de transformação Terrenos - Dist. BT - E - REDES	01/12/2023	2 080,61	1 957,36	0
779	4303902	Posto de transformação-fadagosa	14/03/2001	0,00	0,00	80
780	4303902	Posto de transformação - ee arez	14/03/2001	0,00	0,00	80
781	4303902	Posto de transformação - ee santo antónio	14/03/2001	0,00	0,00	80
782	4303902	Posto de transfpormação - ee salavessa	14/03/2001	0,00	2 563,54	80
783	4303902	Posto transformação - ee galeana	14/03/2001	0,00	0,00	80
784	4303902	Posto transformação - ee fonte do cego	14/03/2001	0,00	0,00	80
785	4303902	Posto de transformação - ee alpalhão	14/03/2001	0,00	0,00	80
786	4303902	Posto de transformação - ee falagueira	14/03/2001	0,00	0,00	80
796	4303902	Iluminação pública de nisa	14/03/2001	0,00	0,00	80
797	4303902	Iluminação publica de alpalhão	01/01/1989	232 766,62	241 371,94	32
798	4303902	Iluminação pública de tolosa	01/01/1989	53 974,49	60 362,58	30
799	4303902	Iluminação pública de montalvão	01/01/1989	42 203,59	48 179,10	30
800	4303902	Iluminação publica de amieira do tejo	01/01/1989	13 740,83	20 738,20	64
801	4303902	Iluminação publica de arez	01/01/1989	14 668,52	51 082,01	27
802	4303902	Iluminação pública de vila flor	01/01/1989	11 368,32	6 873,29	60
803	4303902	Iluminação pública de cacheiro	01/01/1989	1 869,46	1 051,30	80
804	4303902	Iluminação pública de falagueira	01/01/1989	14 000,90	7 979,17	59
805	4303902	Iluminação pública de monte claro	01/01/1989	5 145,44	2 894,24	80
806	4303902	Iluminação pública de monte do arneiro e duque	01/01/1989	9 802,19	18 035,42	62
807	4303902	Iluminação pública de monte do pardo	01/01/1989	13 772,92	7 747,04	80
808	4303902	Iluminação pública de pé da serra	01/01/1989	6 801,23	3 825,11	80
				9 186,96	5 167,56	80

Município de Nisa

Ativos em Concessão

Nº contrato: 456

Contrato Concessão E-Redes

Tipo de contrato: Concessão de serviços públicos

Data: 23/11/2023

Nº Inv.	Conta	Descrição	Data in. utiliz.	Valor aquisição	Valor atual	Vd ref.
809	4303902	Iluminação pública de velada	01/01/1989	4 318,64	2 429,20	80
810	4303902	Iluminação pública de salavessa	01/01/1989	4 842,81	15 398,74	59
811	4303902	Iluminação pública de chão da velha	01/01/1989	3 806,32	2 140,60	80
812	4303902	Iluminação pública de albarrol	01/01/1989	1 691,41	951,65	80
813	4303902	Iluminação pública de montes matos	01/01/1989	1 940,68	1 091,72	80
814	4303902	Iluminação pública vinagra	01/01/1996	8 852,10	5 753,97	80
815	4303902	Iluminação dos monumentos e igreja	20/09/2001	2 572,19	0,00	20
1192	4303902	Postes tranformação S. Comunicações - Dist. BT	01/12/2023	6 298,17	4 980,91	10
1195	4302902	Chegadas aéreas Equipamentos - Dist BT	01/12/2023	733 582,39	119 355,42	10
1196	4302902	Chegadas subterrâneas Equipamentos - Dist BT	01/12/2023	101 266,06	41 354,00	10
1197	4302902	Iluminação Pública - Equipamentos - Dist IP	01/12/2023	531 377,17	209 526,18	10
1198	4302902	Iluminação Pública - Equipamentos - Dist IP	01/12/2023	209 046,39	179 656,67	10
1199	4302902	Contagens EDP Box Contador BTN - Dist BT	01/12/2023	103 096,67	88 699,09	10
1200	4302902	Contagens Contadores - Dist BT	01/12/2023	264 804,33	91,99	10
1201	4302902	Contagens Contadores - Dist BT	01/12/2023	117,41	114,47	10
1204	4302902	Contagens Contador BTN - Dist BT R2	01/12/2023	1 609,09	1 423,01	10
1205	4302902	Contagens Acessórios _ Dist BT R2	01/12/2023	6 640,96	5 890,18	10
1206	4302902	Contagens Contador BTN - Dist BT	01/12/2023	2 903,90	525,96	10
1207	4302902	Contagens Acessórios - Dist BT	01/12/2023	151 085,14	6 586,07	10
1208	4302902	Contagens Acessórios BTN - Dist BT R2	01/12/2023	418,18	365,30	10
1209	4302902	Contagens Acessórios BTN - Dist BT	01/12/2023	14 356,79	355,85	10
1210	4302902	Redes Subterrâneas equipamentos - Dist BT	01/12/2023	420 150,04	183 577,12	10
1188	4303902	Postos de tranformação - equipamentos dist. BT	01/12/2023	1 567,63	117,58	10
				Totais:	6 046 381,93	2 222 927,93

Nº de ativos impressos: 49

SNP @ AIRC

Impressão em 09/04/2024 10:12:24

Página 2 de 2

Só em 2023, no decurso do processo de transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) foi possível ao Município, obter em tempo útil a informação referente ao acordo de concessão de serviço com a E-Redes – Distribuição de Eletricidade, S.A. e proceder aos respetivos registo contabilísticos conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão e Serviços de acordo com a informação enviada pela E Redes dos ativos à data de 31.12.2022. Os efeitos que esta integração originou foram:

	Saldo a 31.12.2022		
	Saldo a 31.12.2022	Ajustamentos do registro dos bens do E_redes	Saldo a 31.12.2022 ajustado
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	43 294 630,31	2 287 833,52	45 582 463,83
Activos intangíveis	494 782,43		494 782,43
Participações financeiras	4 306 641,74		4 306 641,74
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	8 214,00		8 214,00
	<u>48 104 268,48</u>	<u>2 287 833,52</u>	<u>50 392 102,00</u>
Total do activo não corrente	<u>48 104 268,48</u>	<u>2 287 833,52</u>	<u>50 392 102,00</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO:			
Património/Capital	29 511 525,15		29 511 525,15
Reservas	1 607 397,51		1 607 397,51
Resultados transitados	(1 595 427,82)	1 811 421,40	215 993,58
Ajustamentos em Activos Financeiros	672 103,07		672 103,07
Outras variações no capital próprio	21 179 578,27	476 412,12	21 655 990,39
Resultado líquido do período	(436 241,29)		(436 241,29)
Total do Patrimonio Líquido:	<u>50 938 934,89</u>	<u>2 287 833,52</u>	<u>53 226 768,41</u>